

O SORTEIO MILITAR EM MATO GROSSO: APONTAMENTOS PRELIMINARES*

FERREIRA, Bruno Torquato Silva**

Com o advento da República operou-se uma verdadeira refundação do Exército brasileiro (CASTRO, 2002, pp. 12-13). Nos primeiros anos do novo regime, os seus mais altos postos foram expurgados pelas lideranças militares do golpe que pôs fim à monarquia, proporcionando uma renovação do seu quadro de oficiais. Em seguida, ocorreu a organização do Estado-Maior do Exército (1896-1900) e a Guerra de Canudos (1896-1897), que representaram, para os destinos políticos desta força, um ponto de inflexão (McCANN, 2007, pp. 102-103). Posteriormente, a promulgação da Lei do Sorteio Militar (1908) veio desfechar um conjunto de reformas que visavam modernizá-lo (CARVALHO, 2005, pp. 22-24).

Contudo, essa lei só começou a ser aplicada a partir de 1916, após prestigiada campanha nacional pelo serviço militar obrigatório levada a cabo pela Liga de Defesa Nacional, contando com o apoio militante do poeta Olavo Bilac e de outros intelectuais nacionalmente projetados, além das simpatias de alguns líderes do Exército e da burguesia paulistana. A forte impressão causada nas elites políticas e militares brasileiras pela brutalidade do conflito mundial de 1914-1918, caracterizado por intensa mobilização material levada a cabo pelos países envolvidos, também constituiu fator ponderável para a tomada dessa decisão. A rigor, já existia lei com este objetivo desde 1874, mas em virtude de forte resistência popular e da falta de condições de sua aplicação tornou-se *letra morta* (MENDES, 2004). A versão republicana dessa lei foi também inicialmente descumprida.

Durante todo o século XIX, o Estado brasileiro viu-se em sérias dificuldades na tarefa de preenchimento dos *claros* das tropas em virtude da histórica “aversão e resistência ao serviço das armas”, generalizados entre a “gente comum” (MENDES, 2004). Além disso, a debilidade das estruturas burocráticas prejudicava o desenvolvimento de uma efetiva ação recrutadora, calcada em dispositivos *racionais e modernos*. Na prática, o serviço nas tropas de linha restava aos indivíduos não protegidos pelas relações de dependência aos grupos poderosos locais, que detinham privilégios de concessão de isenções delegados pelo poder central (MENDES, 2004, p. 115). Essa dinâmica levou os poderes centrais a se sujeitarem

* Este artigo se origina do projeto de pesquisa apresentado junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná no segundo semestre de 2009.

** Concluí curso de Mestrado em História na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano passado. Atualmente sou aluno do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Meu e-mail: brunotferreira@ig.com.br.

diante dos interesses dos chefes locais, política e economicamente hegemônicos, no tocante ao recrutamento militar. Pode-se afirmar que essa situação só começou a ser alterada a partir do início da aplicação da Lei do Sorteio Militar, em 1916.

A perspectiva da adoção do modelo de conscrição obrigatória gerava expectativas, entre seus defensores, de que o serviço militar viesse a se constituir num mecanismo disciplinador. Mais que isto, o serviço militar era visto por muitos como uma possibilidade de resolução dos problemas de organização social. Acima de tudo preocupava a muitos pensadores e formadores de opinião as dificuldades referentes à constituição de mão-de-obra qualificada e obediente aos padrões, num contexto de princípios de industrialização do país e, conseqüentemente, de expansão das relações assalariadas de trabalho¹. Com efeito, o serviço militar, na visão de intelectuais da estirpe de Bilac, estava vinculado a valores como disciplinarização, racionalização e individualismo. Além disso, esse modelo disciplinarizador vigorava em vários países europeus e, por essa razão, era visto como um modelo a ser seguido, pois refletia as visões de mundo de muitos homens letrados, as concepções de modernidade, civilização e progresso².

Há registros da existência de organizações disciplinares em várias sociedades. No entanto, para Foucault, o poder disciplinar surgido na época moderna se distingue em relação ao das demais épocas por ser exercido de forma anônima, em nome da sociedade, embora continuasse sendo sofrido individualmente. Trata-se, portanto, de um poder *produtor de individualidade*, o qual provoca, ao mesmo tempo, a emersão de uma multiplicidade de indivíduos (FOUCAULT, 1987, pp. 151-152).

Esse projeto disciplinar associado às organizações militares ficou bastante visível, no caso brasileiro, com a adoção do sistema de identificação baseado na impressão datiloscópica pelo Exército. Em relatório apresentado em 1914 a respeito das atividades ministeriais desenvolvidas no ano anterior, o titular da pasta da Guerra afirmava que a execução do sorteio militar estava condicionada à observância de duas providências: 01) cessação dos engagements, medida que só poderia ser alcançada, admitia, “lenta e gradativamente”, e 02) a não admissão, no Exército ativo, de indivíduos que, sendo reservistas, “verificam praça, alegando falsamente alistamento primário, burlando a lei mediante o simples estratagemas de uma mudança ou alteração de nome”. No tocante à última providência, o ministro indicava que a:

¹Convém mencionar que o debate sobre o uso ou não da disciplina militar para fins de organização do trabalho na sociedade brasileira gerou grande polêmica que opôs, entre outros, Olavo Bilac e Alberto Torres. Para uma sumarização desta polêmica ver COELHO, 2000 e McCANN, 2007.

² Encontra-se evidências dessas vinculações e concepções em muitos periódicos mato-grossenses de época.

única providência capaz de obviar esse grave inconveniente, que perturba e compromete a organização da nossa defesa, é o estabelecimento no exército de um serviço de identificação, não só destinado a vedar a readmissão de reservistas, como a depura-lo dos maus elementos constituídos pelos inferiores mentais e morais; a obstar de modo seguro o ingresso daqueles que por perniciosos à disciplina e à moral tenham sido expulsos das suas fileiras; a facilitar a instrução do processo criminal e, finalmente, a permitir a confecção de uma real estatística penal militar, vazada nos hodiernos moldes científicos.³

Como é possível notar, as lideranças burocráticas do Exército procuravam aperfeiçoar os mecanismos de identificação da população masculina para fins do exercício do controle disciplinar. Tinham como objetivo selecionar, dentro daquele universo, aqueles que mais se adequassem às especificidades da vida em caserna, eliminando os incompatibilizados e os que já houvessem cumprido algum período anterior de serviço militar, pois estes deveriam constituir a reserva mobilizável das forças terrestres.

De acordo com Foucault, a formação dos grandes Estados europeus da era moderna exigiu esforços semelhantes de seus dirigentes. Os seus exércitos não apenas garantiam a “paz civil” e da “defesa externa”, mas também eram detentores de “uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social”; sendo que o “sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade” (FOUCAULT, 1987, pp. 151-152). Portanto, o ideal e o desenvolvimento de técnicas e mecanismos de controle social passam normalmente pela acumulação de experiências sociais verificadas nos grupos armados organizados e institucionalizados.

Max Weber, por sua vez, ao descrever as origens históricas da disciplina militar, chegou a conclusões semelhantes a respeito dos processos que marcaram as transformações das noções de racionalização e burocratização: “*A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina (...) Nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista (...)*”(WEBER, 1974, p. 301).

Como se pode observar, atribuía-se grande importância às organizações militares no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento das noções de disciplina e individualismo na virada do século XIX para o XX. O Exército brasileiro, nesse sentido, passou a ser visto como fundamental agente no processo de desenvolvimento e inculcação de valores *modernos*, em meio a uma sociedade ainda imersa em valores tradicionais.

³ MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1914*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p. 5.

Considerando aqui como “moderno”, como lembra Celso Castro, “a afirmação de valores e a implementação de práticas vinculadas ao individualismo, à disciplina, à racionalidade, à organização burocrática e ao mérito” (CASTRO, 1995, p. 41).

Bilac e a Liga de Defesa Nacional, de acordo com a concepção do *cidadão-soldado*, projetavam a idéia de um Exército “educador do povo”. Em outras palavras, o Exército deveria ser, na opinião desse grupo, um instrumento do Estado na divulgação de princípios ideológicos de disciplina, ordem e nacionalidade, já que o sistema escolar não demonstrava competência para tal. Os chefes militares mais velhos, de formação positivista, a exemplo do ministro da Guerra, Caetano de Faria (1914-1918), tendiam a ver com maiores simpatias essa tarefa.

Os *juvencos turcos*⁴, mais imbuídos dos valores do profissionalismo militar, por sua vez, viam o serviço militar obrigatório como um instrumento de fortalecimento do Exército e, por extensão, do próprio Estado-nacional. Se possível, inclusive, gostariam de intervir na própria educação primária e secundária a fim de orientá-las no sentido da preparação militar da população desde a mais tenra idade. Estas perspectivas dissonantes revelam, em última instância, profundas discordâncias quanto à própria função do Exército e o seu lugar na sociedade brasileira. Em ambos os casos, no entanto, a perspectiva disciplinar e racionalizadora da expansão do serviço militar não se distanciavam dos horizontes intelectuais.

Em Mato Grosso, as décadas iniciais do século XX representaram um momento de emergência das preocupações referentes à presença do Estado brasileiro na região, na justa medida em que se verificava a possibilidade de secessão da sua porção fronteiriça ou mesmo sua anexação total ou parcial pelas repúblicas vizinhas, particularmente a Argentina. Havia também disputas geopolíticas entre as duas maiores potências sul-americanas que concorriam pela atração econômica e política da Bolívia e do Paraguai, os dois únicos países sul-americanos que não possuíam comunicações litorâneas.

Por essas razões, sucederam-se ações com o fito de demarcar a presença do governo federal na região. A extensão de linhas telegráficas ligando Mato Grosso à Capital Federal e a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), materializavam, nesse sentido, a presença e a intervenção estatal no território mato-grossense. Ao mesmo tempo, procurava-se reforçar a presença militar, sobretudo, através do aumento do número de unidades e efetivos

⁴ Grupo de oficiais subalternos que havia estagiado no Exército alemão entre 1906 e 1912. Ao retornarem ao Brasil se envolveram num movimento pela modernização das forças terrestres brasileiras, engajando-se na defesa da implantação do serviço militar obrigatório através de seu principal veículo de divulgação, a revista *A Defesa Nacional*.

acantonados no Estado, embora as suas condições demográficas e a resistência passiva da população ao recrutamento constituíssem óbices ao fortalecimento do poder central.

A Lei do Sorteio Militar, de janeiro de 1908, não parece ter sofrido grande oposição da imprensa mato-grossense⁵. O mais notável a esse respeito foi a aprovação geral à medida. Os militares do Exército e da Marinha gozavam de grande prestígio naquela sociedade. Aliás, ao contrário do que ocorria em boa parte do país, há indícios de que membros de famílias socialmente projetadas acabavam abraçando a carreira das armas⁶. Muitos donos de jornais tinham parentesco com militares ou então aceitavam colaborações de oficiais como articulistas em seus periódicos. No mais, nas condições cronicamente limitadas vividas pela economia mato-grossense, o casamento das filhas das “boas famílias” com oficiais militares não deveria ser algo a se desprezar⁷. Destarte, tudo indica que a sociedade mato-grossense mantivesse uma relação bastante estreita com os destinos dos militares que serviam no seu Estado.

As autoridades locais e estaduais de Mato Grosso, em geral, procuravam manter convivência, no mínimo, cordial com os chefes militares ali aquartelados. Essa precaução se revelava, em certas ocasiões, mais que uma necessidade política, uma questão de sobrevivência. A luta pelo poder político na região normalmente incluía choques armados, que invariavelmente contavam com a participação de membros do Exército.

Em pelo menos uma ocasião a falta de apoio da oficialidade do Exército ali estacionada foi fatal para um presidente de Estado: Antônio Paes de Barros que, em 1906, foi assassinado após ter sido apeado do poder por um movimento golpista que envolveu, além de muitos elementos da plutocracia local, todas as unidades militares federais acantonadas no Estado⁸. Na pior das hipóteses, a presença de corpos do Exército nos municípios mato-grossenses representava um acréscimo para as suas receitas, o que eventualmente gerava disputas entre as lideranças políticas das diferentes regiões pela atração dos quartéis.

⁵ Foram pesquisadas edições dos jornais *Correio do Estado*, de Corumbá, *O Comércio*, de Cuiabá, *O Mato Grosso* de Cuiabá, *O Republicano*, de Cuiabá, *O Progresso*, de Ponta Porã, *O Brazil*, de Corumbá, *A Cidade*, de Corumbá, *Correio do Estado*, de Cuiabá, *Correio do Sul*, de Campo Grande, *A Razão*, de Cáceres, *Tribuna*, de Corumbá, *O Debate*, de Cuiabá, *A Razão*, de Cáceres, *Gazeta do Comércio*, de Três Lagoas, *A Reação*, de Corumbá, *A Capital*, de Cuiabá e *O Estado de Mato Grosso*, de Campo Grande. A maior parte arrolada na Biblioteca Pública Isaias Paim. Também foram consultados os arquivos da Fundação Barbosa Sobrinho, do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Campo Grande e do Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados.

⁶ A esse respeito vale verificar compêndios como *Varões Ilustres de Mato Grosso e Pelas Ruas da Cidade*. Além de PONCE FILHO, 1952.

⁷ O caudilho Generoso Ponce, por exemplo, casou duas filhas com oficiais do Exército e da Marinha, além de ter sido irmão de um prestigiado oficial (PONCE FILHO, 1952).

⁸ Sobre isso cf. BARRETO, 1907.

Contudo, a realidade militar em Mato Grosso foi tradicionalmente marcada pela precariedade material e carência de pessoal. Os registros administrativos produzidos pelo comando militar na região constantemente indicavam falta de recursos orçamentários, meios de transportes inadequados e, acima de tudo, diminutos efetivos em termos de praças e oficiais. De modo que, as dificuldades estruturais vivenciadas pelo Exército brasileiro àquela época eram sentidas de maneira ainda mais dramática pelos corpos instalados em Mato Grosso, em função das avantajadas distâncias que separavam aquele Estado dos centros de decisão e do caráter punitivo e de desterro adquirido pelo serviço militar naquelas plagas⁹. Some-se a isto, o caráter altamente volátil da política estadual naquela quadra, com suas constantes *revoluções*, que invariavelmente enredavam oficiais e praças ao lado das facções em luta.

Esses fatores contribuíam para o acirramento dos ânimos dos componentes dos quadros da hierarquia militar ali presentes, o que refletia no funcionamento da burocracia militar e no padrão disciplinar da tropa, ademais, altamente violento e conturbado. Por outro lado, se não houve resistência aberta ao sorteio, é certo que houve resistência surda ou passiva às ações da burocracia do Exército no sentido de promover o cerco aos cidadãos legalmente sujeitos ao recrutamento. Até porque, de acordo com a legislação vigente, a tarefa do alistamento para a seleção do serviço militar era uma atribuição das intendências municipais. Com efeito, as ações afirmativas do poder militar do Governo Federal na região, esbarravam constantemente nos interesses localistas.

Já foi demonstrado, por Max Weber e Norbert Elias, que há relação direta entre o monopólio militar, associado ao monopólio fiscal, e o processo de fortalecimento político do Estado moderno. Sabe-se também que a organização militar moderna se faz acompanhar de um profundo esforço de racionalização administrativa no que toca às necessidades de aprovisionamentos técnicos e materiais (WEBER, 1979, pp. 68-73). Com efeito, a presença de organizações militares no antigo Mato Grosso cumpria importante papel estratégico, modernizador e civilizador, no sentido de que atendia aos interesses das forças políticas associadas ao Governo Federal¹⁰.

⁹ Sobre este ponto ver FERREIRA, 2009. É importante destacar que, antes da instalação da ferrovia ligando o Sul de Mato Grosso a São Paulo (1914), as viagens menos demoradas entre a então Capital Federal (no Rio de Janeiro) e Mato Grosso demandavam em média um mês através de vias marítimas e fluviais que incluíam escalas nos portos dos países platinos vizinhos, em cidades como Montevidéu, Buenos Aires e Assunção, estuário do Prata acima, até os portos das cidades de Corumbá, Cáceres e Cuiabá (QUEIROZ, p. 14).

¹⁰ Como *Civilizador* entenda-se o processo de centralização política que ensejou a sujeição dos indivíduos ao Estado através do já referido duplo monopólio (ELIAS, 1993).

Nesse sentido, uma análise da dinâmica do funcionamento das práticas de recrutamento efetuadas pelo comando do Exército na região permitiria uma maior compreensão acerca de aspectos importantes das relações políticas que estreitavam ou afastavam os chefes militares das lideranças locais e regionais. Também seria importante verificar os limites da atuação do poder central no tocante à mobilização militar na região e o quanto as lideranças regionais, materializadas na folclórica figura do coronel, agiam nesse jogo de poderes. Por essa razão a análise dos eventos em que a mobilização de forças militares na região se tornou mais necessária, ou seja, durante, os chamados *ciclos revolucionários*¹¹, quando a capacidade de arregimentação dos *coronéis de baração e cutelo* se mostrou muitas vezes superior à do próprio governo federal¹². Daí os constantes apelos aos “batalhões patrióticos” nessas ocasiões.

Portanto, um estudo direcionado para a análise das transformações nas práticas de alistamento nas décadas iniciais do século XX, mais especificamente, uma reflexão em torno dos elementos que possibilitam uma maior compreensão acerca da dinâmica altamente conflituosa que envolveu as relações do poder central com os agrupamentos políticos locais no antigo Estado de Mato Grosso, ofereceria importantes contribuições para um entendimento a respeito do papel político desempenhado pelo Exército e pelos militares naquela quadra histórica¹³.

A modernização do Exército brasileiro passou necessariamente pelo estabelecimento de uma lei de serviço militar obrigatório, que tinha a finalidade de melhorar a qualidade dos recursos humanos disponíveis (maior nível de educação formal, boas condições físicas, conduta social “adequada” etc). Ao mesmo tempo, a conscrição militar obrigatória impôs a necessidade da resolução de problemas relacionados às negociações com os interesses locais e regionais, o que também demandou crescente complexificação dos aparelhos burocráticos governamentais. O regime republicano, como mencionado, contribuiu decisivamente para isso a partir de 1916, ano em que o sorteio militar começou a ser aplicada ininterruptamente no Brasil a referida lei.

Destarte, as práticas de recrutamento efetuadas pelo poder público federal no antigo Mato Grosso nas primeiras décadas de vigência da Lei do Sorteio Militar revelará

¹¹ Refiro-me às guerras civis regionais ocorridas nos anos de 1892, 1899, 1901, 1906 e 1916-1918 e à participação das lideranças políticas locais na repressão às forças revoltosas tenentistas entre 1924 e 1927, além da Revolução de 30 e da Revolução Constitucionalista de 1932.

¹² A expressão *coronéis de baração e cutelo* aparece nas obras de Nelson Werneck Sodré, quando o autor se refere à projeção social e ao domínio político exercido pelas notabilidades locais em Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX. Ver SODRÉ, 1941 e SODRÉ, 1967, p. 148.

¹³ Vale mencionar que em algumas ocasiões o comando militar procurou desarmar a população do Sul do Estado, sobretudo os habitantes das regiões de fronteira com a república paraguaia, e geralmente fracassou.

importantes aspectos estruturais daquela sociedade. Convém destacar também as limitações do poder público federal no tocante ao recrutamento. Desse modo, seria possível supor que as práticas de recrutamento e mobilização militar encetadas pelo governo militar nessa época interferiam nas relações das lideranças militares com as lideranças políticas locais. A dinâmica das mobilizações militares por ocasião dos conflitos localizados no território mato-grossense permitiria compreender melhor a capacidade de arregimentação dos coronéis locais e compará-la com os meios de recrutamento das instâncias estatais na região. É possível que daí sejam extraídos elementos para a elaboração de um modelo interpretativo das relações civil-militares e do papel desempenhado pelos militares na sociedade mato-grossense.

A preparação para a guerra, o recrutamento, o balizamento das fronteiras, a representação do poder central e sua imposição sobre as forças centrífugas locais faziam parte da agenda funcional do comando militar sediado no antigo Mato Grosso. No desenvolvimento de suas atividades profissionais, os militares interagiam com os demais membros da sociedade e favoreciam o desenvolvimento da identidade nacional, principalmente após o início da aplicação da Lei do Sorteio Militar, a partir de 1916.

A capacidade de recrutar foi importante fator de determinação do poder estatal desde a época colonial. A partir do início da República observou-se uma crescente ampliação da capacidade estatal de intervenção na vida de seus cidadãos, amparada principalmente no uso das inovações técnicas (telégrafo, navios a vapor, locomotivas etc.), que possibilitaram, muitas vezes através do Exército, uma maior integração geográfica entre as diferentes regiões do Brasil. Com o tempo, graças a esses recursos técnicos, o Estado foi se tornando capaz de, numa feliz expressão de José Murilo de Carvalho, apertar o cerco ao cidadão visando universalizar o serviço militar (CARVALHO, 2005, p. 76).

As análises da trajetória política brasileira durante o século XX geralmente privilegia os eventos políticos mais superficiais e aparentes. No campo especificamente militar, evidenciaram-se, comumente, eventos altissonantes como as revoltas tenentistas, a Revolução de 30, o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964.

Entretanto, ainda pouca atenção foi dada a esse aspecto *silencioso e subterrâneo* da expansão e projeção do poder militar no Brasil. E é necessário frisar que por aumento do poder militar não se entende apenas crescimento progressivo de efetivos e reservas, mas também, o potencial disciplinar e racionalizador que uma atividade tão ampla e complexa como essa é capaz de oferecer. A partir do final dos anos 1910 o Exército erigiu uma estrutura burocrática capaz de controlar mínimos aspectos da organização nacional. Cidadãos que até então poderiam ser considerados invisíveis ao Estado, passaram imediatamente a ser alvo dos

oficiais e praças do Exército em busca de “material humano” para preencher as fileiras da sua organização.

O Exército, que já vinha esquadrinhando o espaço geográfico brasileiro com a organização da *Carta da República*¹⁴, passou a catalogar a sua população masculina para efeito de mobilização militar e, particularmente, apertar o cinto do controle social sobre o funcionamento do chamado *organismo nacional*. Cabe uma investigação mais pontual, que ajude a desvelar como esse fenômeno se desenvolveu no território mato-grossense nas décadas iniciais do século XX. Diante do exposto, é que o presente texto apresentou a proposta inicial de contribuir para a ampliação das reflexões em torno da história militar no território correspondente aos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do papel do Exército na construção da identidade regional e nacional através do serviço militar e de suas ações no sentido de fortalecer a presença do Estado naquela antiga unidade federativa.

Referências:

BARRETO, Emygdio Dantas. **Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906**. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.

_____. **Os Militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** (Volume I e II). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

FERREIRA, Bruno Torquato Silva. Notas acerca da Vida Arregimentada dos Praças nos Corpos do Exército no Antigo Mato Grosso (1909-1916). **História em Reflexão**, Dourados-MS, UFGD, jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1987.

¹⁴ A Carta da República foi uma iniciativa do Governo Federal do sentido de organizar um mapa detalhado de todo o País. Os trabalhos iniciais ficaram a cargo de uma comissão do Exército especialmente constituída para esse fim e sua partida se deu a partir da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1903. Segundo alguns analistas, o início dos trabalhos pelo Rio Grande do Sul era uma “tendência natural, dadas as necessidades militares” do País (MALAN, 1977, p. 105) e (MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 43 e seguintes). Mais informações na bibliografia citada e nos relatórios do Ministério da Guerra a partir do início do século XX.

MACHADO, Paulo. **A Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

_____. **A Rua Principal**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

_____. **A Rua Barão**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

_____. **A Rua Alegre**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997.

_____. **A Grande Avenida**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2000.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MALAN, General Souto. **Uma Escolha Um Destino (Vida do Gen Malan d'Angrogne)**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 1977.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

MINISTÉRIO DA GUERRA, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1914*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

PONCE FILHO, Generoso. **Generoso Generoso Ponce, um chefe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

PÓVOAS, Nilo. **Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso (obra póstuma)**. Vol. I. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**, [no prelo].

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Livraria José Olympio Ed., 1941.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro : Zahar, 1974.